GESTO DEBATE

Volume 01, número 01, outubro de 2017.

DIVERSIDADE E DESIGUALDADE

Prof. Dr. Rafael Rossi[1]

Há algumas décadas tem sido comum nos deparar com discursos que apregoam a necessidade do "respeito à diversidade". Neste campo de entendimento é extremamente importante nos conscientizarmos das diferenças étnico-raciais, religiosas, de posicionamentos políticos, de grupos sociais etc., e por meio desta "conscientização" poderíamos estabelecer, de fato, práticas "mais solidárias" entre as pessoas que prezem pelo respeito, contribuindo, então, para uma sociedade "mais justa", "mais igualitária", "democrática" e outros adjetivos mais.

Todavia, note-se que no âmbito da defesa "viva a diferença!", há uma lacuna, ou melhor, há um pressuposto que evidencia um equacionamento errôneo da relação entre objetividade e subjetividade, isto é, existe neste debate uma supervalorização da consciência e um desprezo pela reflexão sobre as condições materiais da existência social.

Os defensores da bandeira "respeito à diversidade" (mídia, políticos, movimentos sociais, intelectuais etc.) entendem que o preconceito ou a desigualdade entre os indivíduos sociais emana de uma causa subjetiva, baseada na consciência das próprias pessoas e que, por isso mesmo, é preciso trabalhar esta mesma consciência (não por um acaso qualquer este discurso faz muito sucesso no debate educacional) de modo que, por fim, todas as desigualdades sociais desaparecerão ou diminuirão sensivelmente com o apelo moralista do tão em voga "politicamente correto".

Antes de avançar, entretanto, é preciso deixar claro que não ignoramos as enormes desigualdades existentes entre as classes sociais, sobretudo, na sociedade na qual vivemos regida pelo modo de produção capitalista e as demandas do capital. Também não negamos a enorme diversidade de gênero, etnia, religiosidade, práticas políticas etc., que marcam esta mesma

[1] Docente na Faculdade de Educação na UFMS em Campo Grande – MS. E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com Site: rafaelrossisite.wordpress.com

sociedade.

Porém, entendemos que uma compreensão sólida, bem equacionada e racional deste assunto encontra respaldo na reflexão histórica a respeito de como se opera a articulação entre subjetividade e objetividade, sem desprezar a primeira (como costumeiramente o velho materialismo realizou) e, ao mesmo tempo, sem valorizar sobremaneira as ações e os limites da consciência (como o idealismo, de modo geral, deixou de apreender). Isto, não quer dizer que exista uma situação de equilíbrio entre estas duas esferas existentes do ser social/humanidade.

Vejamos, a seguir, como se opera esta articulação e, em seguida, de modo bem rápido e introdutório, as características mais gerais do modo de produção capitalista para, por fim, esboçarmos uma crítica às limitações de cunho idealista presentes no debate que exalta as diferenças e a diversidade.

Consciência e Realidade

Para compreender a ligação entre consciência e realidade objetiva é preciso retomar um ponto de inflexão sobre o processo de surgimento da humanidade, ou seja, a partir de quais processos os seres humanos passaram a se diferenciar qualitativamente dos animais e, com isso, criaram uma nova esfera de ser: o ser social.

Entendemos na esteira de Marx e Lukács (dentre outros) que o trabalho permitiu o salto essencial – ontológico – do ser meramente biológico à humanidade. Todavia, o trabalho nunca pode ser pensado em termos isolados, mas sim, junto à no mínimo, relações sociais e comunicação.

A questão do por que o trabalho fundou o ser social não implica num raciocínio de ordem cronológica, quem veio primeiro ou depois. Tanto a comunicação, como as relações sociais se basearam em sua estrutura mais geral e inicial em função das demandas e necessidades colocadas pela própria atividade do trabalho.

Além disso, é preciso deixar claro que por trabalho não estamos, ainda, tratando da relação de emprego ou assalariamento no interior da sociedade atual, mas sim, enquanto práxis ineliminável à qualquer sociedade e que possui a função social de transformação da natureza para a produção dos meios de produção e de sobrevivência indispensáveis à vida social. Por isso mesmo: “a essência do trabalho é, em Lukács, uma peculiar e exclusiva articulação entre teleologia e causalidade” (LESSA, 2012, p. 60).

Com o trabalho a consciência, por meio de uma necessidade real e existente, analisa os meios presentes na própria realidade para atingir uma determinada finalidade. Isto que significa *pôr teleológico*, já que articula, sempre, no trabalho, a *configuração ideal* do fim a ser atingido na consciência dos seres humanos e, também, inclui a *objetivação*, ou seja, a criação de algo que antes não existia na natureza, por exemplo: uma lança. A madeira existe na natureza, todavia, uma lança apta para abater um determinado animal não. Isso é exclusivo da ação humana *teleologicamente orientada*. Com efeito, "o trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios" (LUKÁCS, 1978, p. 09).

Neste ponto, podemos perceber claramente a relação entre consciência e realidade. A partir do exame da categoria trabalho compreendemos que: 1) a realidade objetiva pode existir sem a consciência, mas o contrário é impossível, ou seja, toda consciência reflete, apreende, capta elementos de uma realidade existente fora dela; 2) a realidade social, fruto da ação dos seres humanos, não pode existir sem a ação ativa da consciência e; 3) o "*momento predominante*" cabe à realidade, ou seja, à objetividade, pois apesar da consciência ter um papel ativo na criação da vida social, é a própria realidade que coloca o campo de limites e possibilidades para a consciência atuar.

Pensemos, novamente, no caso do trabalho: é absolutamente uma impossibilidade real e concreta querer confeccionar uma lança de marfim se este elemento é ausente na localidade na qual me encontro. A consciência, dessa forma, possui um papel ativo para compreender, analisar, pensar possíveis vínculos, possíveis articulações etc., dos elementos existentes na própria realidade. Todavia, se a consciência abandonar de seu horizonte de análise a própria objetividade, terminará por exigir dela algo que não é possível em ser objetivado. Em termos extremamente populares: "não é possível tirar leite de pedra!"

Em função disto que as ideias "são a tradução teórica e a interpretação de uma dada realidade objetiva" e, nesse caso, "o sentido dos produtos da consciência deve ser buscado na realidade objetiva e não na própria consciência" (TONET, 2016, p. 48).

Colocar o foco na consciência, não apreendendo os limites e as possibilidades reais e concretas presentes na objetividade é caminhar a largos passos na direção do idealismo e, com isso, trata-se de um discurso sem respaldo objetivo, real.

Agora sim, uma vez que esboçamos em linhas gerais a relação entre consciência e realidade, podemos avançar para a compreensão do modo de produção capitalista e suas desigualdades estruturais.

Capitalismo e Desigualdade

Certamente as desigualdades sociais já existiam antes do surgimento do modo de produção capitalista. Aliás, a origem histórica das desigualdades sociais se confunde com a gênese da *propriedade privada* (entendida enquanto a apropriação privada de uma classe do fruto do trabalho realizado por outra classe), das *classes sociais* e do *Estado*. O próprio surgimento do sistema do capital é anterior ao modo de produção capitalista e é a sua superação total que deve ser almejada na luta revolucionária socialista e não apenas o capitalismo. Entretanto, há uma nova configuração na produção das desigualdades com a sociedade burguesa capitalista.

Em primeiro lugar, é preciso entender que cada forma de sociabilidade possui como base mais estrutural uma determinada forma típica de trabalho. O trabalho de coleta fundava a sociedade primitiva, o trabalho escravo a sociedade escravista, o trabalho servil a sociedade feudal e o trabalho assalariado proletário funda a sociedade capitalista, assim como, se assim acontecer, o trabalho associado fundará a sociedade socialista.

Em segundo lugar, não se trata de resumir tudo de modo acrítico ao trabalho, mas sim, de apreender que a realidade social é formada por uma variedade de dimensões sociais (arte, filosofia, política, ideologia, ciência, religião etc.) que possuem funções diversas no processo de reprodução da sociedade, entretanto, só podem existir a partir da capacidade humana em efetivar atos de trabalho.

Todas as dimensões sociais irão atuar e se desenvolver perante as possibilidades matrizadas pela *síntese* da totalidade social, ou seja, pela interação qualitativa de todas as próprias dimensões que compõem a vida humana enquanto gênero. Pensemos num exemplo: o conhecimento de ler e escrever, na sociedade feudal, não estava disponível aos servos. Isto ocorria em função do trabalho servil e da totalidade daquele modo de produção não colocarem como possibilidade real a leitura e a escrita aos servos. Para fazer o pão, construir moinhos de vento, pontes, estradas etc., os servos não precisavam saber ler nem escrever. Quem possuía a possibilidade de desenvolver estes conhecimentos era a Igreja, já que cabia a ela a função de difusão ideológica e científica geral da sociedade feudal.

Com a disseminação da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, por sua vez, criaram-se as condições materiais indispensáveis para o avanço do trabalho assalariado: 1) a *separação radical* entre os produtores (trabalhadores) e os proprietários dos meios de produção

(capitalistas), de tal modo que a única alternativa para garantir a sobrevivência dos trabalhadores é eles venderem a sua força de trabalho; 2) a *emancipação política* operada pelo capital que o livrou das "amarras" inerentes aos modos de produção pré-capitalistas e, com isso, possibilitou uma mobilidade e uma liberdade do capitalista muito maior do ponto de vista histórico; 3) as bases da *cidadania moderna* em que todos precisam ser *livres, iguais e proprietários* (livres para venderem e comprarem a força de trabalho de quem julgar mais aptos, iguais perante a lei, mas sempre, no capitalismo, se trata de uma *igualdade formal* baseada numa *desigualdade real* e proprietários da força de trabalho - os trabalhadores – e do capital – os capitalistas) e; 4) a *força de trabalho disponível enquanto mercadoria* para ser livremente vendida e comprada.

Todas estas transformações possibilitaram com que, no capitalismo, a *mais-valia* pudesse ser *extraída do processo de produção* das mercadorias e não mais tão somente do processo de circulação (MANDEL, 1982). Quando o *proletário*, que é aquele trabalhador que na sociedade capitalista transforma a natureza e produz os meios de produção e de sobrevivência indispensáveis à vida social, inicia a sua jornada de trabalho numa fábrica, por exemplo, ao final de uma semana ou um mês ele produziu um valor muito superior, ou seja, muito maior ao valor que ele recebe pela sua mercadoria força de trabalho sob a forma de salário.

Esta dinâmica mostra como que as desigualdades sociais encontram respaldo, no modo de produção capitalista, na extração da mais-valia do trabalho dos proletários. Não se trata, desse modo, de nenhuma falta de conscientização que o proletariado é explorado, mas sim, de uma condição objetiva, social e historicamente construída, que o obriga a sofrer tal exploração para que possa sobreviver. Por isso mesmo que "desenvolvimento capitalista é, necessária e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada de pobreza", pois "ainda se está por inventar ou descobrir uma sociedade capitalista – em qualquer quadrante e em qualquer período histórico – sem o fenômeno social da pobreza como contraparte necessária da riqueza socialmente produzida" (NETTO, 2007, p. 143).

A produção capitalista possui como características mais gerais: 1) o *valor de troca subordina o valor de uso,* isto quer dizer, que as mercadorias possuem sua utilidade, mas, no capitalismo não se produzem mercadorias para o atendimento das reais necessidades humanas, mas sim, para garantir a reprodução, cada vez a um custo humano e ambiental mais elevado, do sistema do capital; 2) o processo de p*rodução se baseia na propriedade privada*, ou seja, tanto os trabalhadores que transformam a natureza (proletários), quanto aqueles trabalhadores que não a transformam devem produzir mais-valia ou servir à auto-valorização do capital; 3) A *competição* é um condicionante insuprimível se não rompermos com o sistema do capital em sua totalidade,

pois tanto os capitalistas devem competir exaustivamente entre si pela apropriação privada da mais-valia de modo mais acentuado e frenético em escala acelerada, quanto os trabalhadores diariamente devem se digladiar por uma vaga no mercado de trabalho (não existe *fraternidade real*, num sistema baseado na *concorrência contínua* de seus membros!) e; 4) a produção capitalista visa, em face das tendências anteriormente esboçadas, a *produção do lucro e a reprodução/acumulação do capital*, nem que para isso seja preciso gastar trilhões de dólares em guerras, assassinar crianças, jovens, idosos, sem-terras, sem-tetos, quilombolas, etc. Como o próprio Marx assevera:

> Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. (MARX, 1996, p. 251)

O capital "engloba" a diversidade, ele explora, expropria, persegue, estupra e mata independente da cor da pele, religião, preferência sexual etc. Se uma aldeia indígena for empecilho para o avanço do agronegócio em uma determinada região e isto representar um obstáculo à reprodução do capital, muito provavelmente, toda a aldeia será exterminada! Com efeito:

> **A permanência da pobreza e das desigualdades** no quadro das nossas sociedades
>
> – ou, mais exatamente, **nas formações econômico-sociais capitalistas – não resulta da ausência de boa vontade e de esforços ou da fragilidade dos meios técnicos** para uma melhor instrumentalização das políticas sociais a ela referidas. **Pobreza relativa e desigualdades são constitutivos insuperáveis da ordem do capital** – o que pode variar são seus níveis e padrões, e esta variação não deve ser subestimada quando estão em jogo questões que afetam a vida de bilhões de seres humanos (NETTO, 2007, p. 159, grifos nossos).

Uma contradição incontornável, no capitalismo, se dá entre o desenvolvimento da ciência e a apropriação de seus resultados. Se o trabalho proletário é a base da sociedade burguesa capitalista, esta desigualdade estrutural também irá impactar todas as demais dimensões da vida social. Com relação à ciência, conhecemos cada vez mais a origem do planeta Terra e até do próprio universo e, entretanto, estamos assolados por doenças que pensávamos extintas e que são extremamente simples de serem precavidas. Produzimos casas, roupas, alimentos e energia elétrica muito maior do que a capacidade de consumo de todos os habitantes do planeta e, todavia, milhões não tem onde morar, o que vestir, morrem de fome e sem qualquer tipo de

abrigo.

Vale sempre lembrar que:

> **Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade** e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser "não apenas meio de vida", mas "o primeiro carecimento da vida", **só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução**, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo. (LUKÁCS, 1978, p. 18, grifos nossos)

Em linhas gerais assim funciona o capitalismo regido pelos interesses mesquinhos do sistema do capital. Não há possibilidade de reformas, não há a mínima chance para imputar uma lógica diferente à esta lógica *estruturalmente desigual*, não é possível controlar algo completamente *incontrolável*. A única possibilidade real é a superação total deste sistema com todas as pragas que com ele andam juntas: a propriedade privada, as classes sociais, o Estado e o próprio capital.

Considerações Finais

Com este pequeno texto apresentamos em rápidas linhas a articulação entre subjetividade/consciência e objetividade/realidade, mostrando que a primeira possui um papel ativo na produção da vida social, todavia, é preciso sempre que a consciência reflita e apreenda os elementos presentes na própria realidade objetiva para não exigir desta soluções impossíveis em serem executadas.

Justamente em razão disto demonstramos as desigualdades estruturais oriundas do modo de produção capitalista controlado pelas necessidades de acumulação e reprodução do capital. A exploração que os trabalhadores (de modo geral) e os proletários (em específico) sofrem no capitalismo não se deve a uma falta de criatividade dos trabalhadores ou a uma falta de conscientização da diferença e da diversidade que apresentam entre si. Ao contrário, a exploração, no capitalismo, encontra fundamentos sólidos reais e concretos, construídos historicamente por meio da consolidação e disseminação do trabalho assalariado e do Estado moderno.

Não basta, portanto, gritar e gritar a necessidade do “respeito à diferença”. Se queremos que todos os indivíduos sociais possam ter *igualdades reais* de expressarem plenamente sua diversidade e se desenvolverem livremente enquanto membros do gênero humano, é preciso

superar a sociedade capitalista regida pelo capital, pois nela não é possível o desenvolvimento de *condições objetivas de uma igualdade de oportunidades reais* entre as pessoas em sua múltipla diversidade.

É fulcral entender que:

> O contrário da diferença não é igualdade, mas sim a indiferença. O fato de os homens serem diferentes não significa que devem ser iguais. E é **somente em uma sociedade de iguais que as diferenças podem efetivamente se manifestar**. Numa sociedade de desiguais não há diferentes. Há indiferentes. (NETTO, 2016, grifos nossos)

Referências:

LESSA, S. **Mundo dos homens: Trabalho e Ser Social**. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Temas de Ciências Humanas n. 4. Tr. C.N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MANDEL, E. **Introdução ao Marxismo**. Porto Alegre: Movimento, 1982.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política, Livro I, Tomo II**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NETTO, J. P. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**, n. 19, pp. 135-170, 2007.

NETTO, J. P. **Método em Marx**. 2016. Minicurso realizado na USP. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=xweU_pre06A > Último acesso: out. 2017.

TONET, I. **Marxismo, Religiosidade e Emancipação Humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.